



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto de autor convidado. Recebido em: 30 set. 2022. Aprovado em: 21 mar. 2023.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a crítica da formação colonial brasileira: trabalho, racismo e capitalismo dependente. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 1, p. 51-86, jan./jun. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.257912>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

Atribuição 4.0 Internacional.

Florestan Fernandes e a crítica da formação colonial brasileira: trabalho, racismo e capitalismo dependente

Florestan Fernandes and the criticism of Brazil's colonial formation: labor, racism and dependent capitalism

Diogo Valença de Azevedo Costa

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Doutor em Sociologia pela UFPE

E-mail: valencadiogo@ufrb.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5266-9855>

 <http://lattes.cnpq.br/2479674991874027>

Resumo

A obra de Florestan Fernandes, especificamente voltada para o estudo das relações raciais entre negros e brancos no Brasil, apresenta fortes vínculos com a sua interpretação do processo de emergência, formação e consolidação do capitalismo dependente. Várias críticas, muitas delas baseadas em leituras apressadas que desconsideram o sentido exato de suas posições teóricas, metodológicas e políticas, foram-lhe erroneamente dirigidas, suscitando em visões equivocadas de que Fernandes teria afirmado a ausência de consciência de classe no *escravo* ou que o desenvolvimento capitalista conduziria automaticamente à eliminação do racismo. No presente artigo, será brevemente analisado o ensaio *A sociedade escravista no Brasil*, publicado como primeiro capítulo de *Circuito fechado* (1976), visto que esse trabalho é fundamental para compreender como o modo de produção escravista alimentou o nascente capitalismo brasileiro. Embora posterior aos livros mais conhecidos do autor sobre a questão, como *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), o

referido texto reconstitui de maneira mais nítida suas conexões de sentido entre trabalho escravo, estratificação racial e a acumulação originária que engendrou a emergência da formação capitalista no Brasil. Essa exposição permitirá desconstruir os equívocos das críticas acima indicadas e recuperar as ideias de Florestan Fernandes sobre as interações dialéticas entre raça e classe no capitalismo dependente. Suas teses conduzem, em última instância, a pensar a luta anticapitalista no Brasil a partir da confluência entre raça e classe como polos políticos da construção de uma consciência socialista pelo conjunto das classes trabalhadoras e massas despossuídas.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Modo de produção escravista. Raça e classe. Racismo. Capitalismo dependente.

Abstract

The work of Florestan Fernandes, specifically focused on the study of race relations between blacks and whites in Brazil, presents strong links with his interpretation of the process of emergence, formation, and consolidation of dependent capitalism. Various criticisms, many of them based on hasty readings that disregard the exact meaning of his theoretical, methodological, and political positions, were erroneously directed at him, leading to mistaken views that Fernandes would have stated the absence of class consciousness in *slaves* or that capitalist development would automatically lead to the elimination of racism. In this article, the essay *A sociedade escravista no Brasil*, published as the first chapter of *Circuito fechado* (1976), will be analyzed, since this work is fundamental to understand how the slave-owning mode of production fed the nascent Brazilian capitalism. Although posterior to the author's best-known books on the subject, such as *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), this text reconstitutes more clearly the connections of meaning between slave labour, racial stratification, and the original accumulation that engendered the emergence of capitalist formation in Brazil. This exposition will allow us to deconstruct the misconceptions of the critiques above and recover Florestan Fernandes' ideas about the dialectical interactions between race and class in dependent capitalism. His theses ultimately lead us to think of the anti-capitalist struggle in Brazil from the confluence of race

and class as political poles of the construction of a socialist consciousness by the ensemble of working classes and dispossessed masses.

Keywords: Florestan Fernandes. Slave-owning mode of production. Race and class. Racism. Dependent capitalism.

Introdução

Após publicar *A revolução burguesa no Brasil* (1975), livro no qual interpreta sociologicamente a formação do capitalismo brasileiro e a constituição de seu Estado autocrático, desvelando as raízes colonialistas e de classe do golpe civil–empresarial–militar de 1964, Florestan Fernandes participou, um ano depois, do simpósio *Perspectivas comparadas sobre a escravidão nas sociedades de plantação do Novo Mundo*, realizado em Nova York, de 24 a 27 de maio de 1976, sob os auspícios da *New York Academy of Sciences* (FERNANDES, [1976]2010a)¹. Na ocasião, apresentou o ensaio *A sociedade escravista no Brasil*, no qual se pode avaliar, pela primeira vez de maneira mais completa e sistemática, sua visão específica sobre o modo de produção escravista–colonial e sua ordem social correspondente, completando análises que deixou em aberto um ano antes. Na segunda parte de *A revolução burguesa*, sobre a *ordem social competitiva*, teria sido necessário demonstrar como o escravismo funcionou internamente, no plano nacional, mas associado ao mercado capitalista externo, como fundamento da acumulação originária de capital no Brasil.

Qualquer tentativa de avaliar a visão de Florestan Fernandes sobre o escravismo colonial deve partir do ensaio de sua parti-

1. O ano entre colchetes se refere à primeira edição do livro; a segunda data, ao exemplar consultado para a redação do presente artigo.

cipação no simpósio de 1976 em Nova York, pois se trata de sua formulação mais madura sobre o assunto e, por isso mesmo, rearticula num patamar teórico superior o conjunto de suas descobertas empíricas anteriores. As suas principais referências empíricas podem ser consultadas nos dois primeiros capítulos de *Branços e negros em São Paulo* (BASTIDE; FERNANDES, [1953]2008), intitulados *Do escravo ao cidadão* e *Cor e estrutura social em mudança*; e na sua tese de cátedra *A integração do negro na sociedade de classes* (FERNANDES, [1964]2021), mais particularmente no capítulo *O negro na emergência da sociedade de classes*, que consta nas edições anteriores como a abertura do primeiro volume do livro, subintitulado *o legado da “raça branca”*. Esse quadro de referências ficaria completo se fossem também consultados *O negro no mundo dos brancos* (FERNANDES, [1972]2007) e *Significado do protesto negro* (FERNANDES, [1989]2017). No entanto, o intuito aqui será concentrar a análise no ensaio *A sociedade escravista no Brasil*, como ponto de partida para aprofundamentos posteriores numa leitura rigorosamente diacrônica, histórica e cronológica dos escritos de Florestan Fernandes sobre o lugar das relações raciais na constituição da sociedade de classes e do capitalismo brasileiro.

Do ponto de vista metodológico, seria uma ilusão a crença de que situar a compreensão da produção intelectual de Florestan Fernandes na ordenação cronológica de sua obra publicada seria capaz de conduzir a descobertas fundamentais, como se a análise do passado histórico automaticamente ajudasse a explicar o presente. Na verdade, apreender um ponto no qual a sua obra publicada — sem levar em conta as investigações nos manuscritos inéditos de Florestan Fernandes e nos materiais resultantes da produção de informações em suas pesquisas sociológicas, dentre

as quais a do Projeto Unesco de relações raciais em São Paulo no início da década de 1950² — apresenta uma articulação teórica mais consistente, refinada, e uma estruturação, se não definitiva, ao menos amadurecida seria o primeiro passo da reconstituição de suas posições anteriores em suas transformações históricas, certamente afetadas pelas mudanças políticas da sociedade brasileira. Assim, pode-se perguntar: como o autor passa a conceber a escravidão como o fundamento da acumulação originária de capital na emergência do capitalismo brasileiro? Quais categorias de análise foram construídas nesse processo de aproximação ao real concreto, abandonando alguns aspectos conceituais ou rearticulando novas determinações históricas? A releitura diacrônica de sua obra publicada será bastante útil para acompanhar suas mudanças conceituais diante das descobertas de novas evidências empíricas e das transformações dos contextos políticos e culturais de produção intelectual do próprio sociólogo paulistano. Por exemplo, os estudos sobre relações raciais foram a porta de entrada para sua abordagem em conjunto ao subdesenvolvimento e ao capitalismo dependente. Por sua vez, o seu enfoque na dependência será vital para compreender a simbiose das formas de exploração capitalistas e pré-capitalistas coloniais no Brasil.

No entanto, o objetivo aqui se circunscreve a reconstruir um dos pontos de maior consistência na elaboração teórica de Florestan Fernandes sobre as articulações históricas do escravismo e da emergência do capitalismo dependente no Brasil. Alguns de seus

2. O autor do presente artigo coordena, atualmente, uma pesquisa na biblioteca e arquivo pessoais de Florestan Fernandes, localizados na Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da Universidade Federal de São Carlos (UMMA/UFSCar).

críticos desconsideram gritantemente o ensaio *A sociedade escravista no Brasil* e as sugestões metodológicas ali presentes de aproximação sucessiva ao real histórico concreto. O plano de análise de Florestan Fernandes se revela aí, às vezes, num nível bastante geral e abstrato, muitas vezes uma exigência do método dialético inscrito em sua *sociologia histórica ou diferencial*. É preciso, em primeiro lugar, identificar e refinar as categorias teóricas fundamentais em um quadro de articulação lógico que permita apreender o processo histórico na sua dinâmica interna de transformação e na complexidade da *síntese de suas múltiplas determinações*. O sociólogo paulistano não era um historiador da escravidão, por isso não se deve exigir dele um rigor historiográfico em termos de pesquisa documental das fontes históricas em suas críticas interna e externa, mas questionar sua obra pelo enfoque de sua caracterização geral da formação social brasileira e do modo como o escravismo plasmou o capitalismo dependente. Não obstante, o sociólogo paulistano estava a par do conhecimento historiográfico disponível na época e, inclusive, seria capaz de avançar nesse tipo de investigação mais específica. Porém, a utilização desse conhecimento especializado servia-lhe como um meio instrumental, não como um fim em si mesmo, mas para um ensaio de interpretação sociológica mais amplo de compreensão das particularidades da sociedade capitalista brasileira.

Assim, seus propósitos de reconstrução histórica eram outros e estavam subordinados a uma caracterização sociológica do tipo de capitalismo implantado na sociedade brasileira como um processo de descolonização incompleta e de rearticulação de formas de exploração e dominação pré-capitalistas, coloniais e baseadas na discriminação racial, com as formas primitivamente capitalistas,

vinculadas à mais-valia absoluta, ou com aquelas especificamente capitalistas, fundamentadas na mais-valia relativa. Nesse sentido, é muito provável que Fernandes tivesse consciência de que novas descobertas historiográficas poderiam trazer reformulações nas suas ideias sobre o modo de produção escravista, porém seu interesse estava voltado para o sentido geral do processo histórico do capitalismo dependente em suas raízes colonialistas. Na verdade, o autor legará uma imagem da articulação, em bases sempre renovadas, de formas arcaicas e modernas de exploração e dominação, pré-capitalistas e capitalistas, como uma das particularidades brasileiras e do conjunto da América Latina.

A exposição estará dividida em três partes. Na primeira, serão indicadas em linhas gerais as críticas dirigidas a Florestan Fernandes por historiadores da escravidão, argumentando-se que elas não se sustentam numa tentativa de localizar adequadamente os seus instrumentos conceituais e posições metodológicas. Por isso, cometem vários equívocos ao atribuírem ao nosso autor ideias que este nunca assumiu. Na segunda, será debatida metodologicamente a sua visão específica sobre a forma como o modo de produção escravista sustentou a transição neocolonial para a primeira fase – competitiva – do capitalismo dependente brasileiro. Esse processo fez com que a discriminação racial se articulasse à exploração do chamado *trabalho livre* na nova ordem social competitiva e sua emergente sociedade de classes. Na terceira parte, extensão da anterior, será abordada a originalidade de sua orientação marxista centrada na proposta de articulação entre raça e classe. O processo revolucionário brasileiro deveria fundir lutas de raças e de classes como desafio à hegemonia

burguesa e, com isso, trilhar caminhos de revoluções *dentro e contra a ordem* do capitalismo dependente.

As críticas de historiadores da escravidão a Florestan Fernandes

Os principais tipos de crítica dirigidos a Florestan Fernandes, no que tange à sua visão do escravismo colonial e à situação do negro na sociedade de classes brasileira, podem ser resumidos em três direções. Na primeira, argumenta-se que a “escola paulista de sociologia” teria de maneira unânime afirmado que o escravo não teria consciência de classe e, por isso, foi reduzido o negro a um processo de *coisificação* subjetivo. Nessa crítica também foi incluído, sem fazer parte da escola paulista, o livro *O escravismo colonial* (GORENDER, 1992). Na segunda, o autor de *A integração do negro na sociedade de classes* teria sido acusado de desconsiderar a existência das famílias escravas no Brasil ou ainda de enxergar nelas somente relações anômicas de promiscuidade. Neste campo, também o acusam de desconsiderar o aspecto cultural das relações raciais. Já na terceira direção, critica-se a ideia de que o preconceito de cor e a discriminação racial — conforme as categorias políticas que Florestan Fernandes assume dos movimentos negros situados entre as décadas de 1930 e 1950 atuantes em São Paulo — seriam meras sobrevivências do antigo regime colonial e neocolonial, resquícios da velha ordem que seriam automaticamente eliminados pelo desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil.

Cada uma dessas críticas será brevemente examinada, evidenciando-se os desencontros entre, de um lado, os conceitos e críté-

rios metodológicos assumidos por Florestan Fernandes e, de outro, as perspectivas teóricas dos intérpretes de sua visão dos efeitos da escravidão sobre a situação do negro na sociedade de classes. Nem sempre as posições exatas do sociólogo paulistano foram adequadamente reconstruídas. Ao se assumir um ponto de vista teórico diverso e externo ao de determinado autor, o olhar assim enviesado deveria, primeiro, pautar-se em uma reconstrução dos argumentos que se pretende criticar nos próprios termos e sentidos assumidos pela obra objeto de contestação, de maneira a ser o mais exigente possível. Esse cuidado nem sempre foi tomado em relação a Florestan Fernandes, em especial quando se trata de seus trabalhos sobre as relações raciais entre negros e brancos na sociedade de classes. Um exemplo seria a confusão entre *anomia* e *patologia social*. Esses dois termos não significam a mesma coisa para Florestan Fernandes, pois nem toda situação anômica constitui necessariamente uma fonte de *problemas* ou *patologias sociais*, e vice-versa. De igual modo, os critérios de distinção entre o *normal* e o *patológico* são postos em questão por Florestan Fernandes ([1956-1959]1976b, p. 106–107)³. Uma falta de entendimento sobre os diversos matizes conceituais do sociólogo paulistano conduz a interpretações essencialistas de suas afirmações: a caracteriza-

3. Nas anotações que lhe serviram como roteiro de exposição para as aulas sobre *sociologia aplicada* entre 1956 e 1959, Florestan Fernandes estabelece as dificuldades de distinguir entre *normal* e *patológico*, não confundindo este último conceito com o de *anomia*, que significaria uma situação transitória de ausência de regras. Em *A sociologia aplicada: seu campo, objeto e principais problemas*, publicado pela primeira vez em 1958, irá tecer críticas a Durkheim sobre as noções de *normal* e *patológico* (FERNANDES, 1976b, p. 103–107), embasando em outros critérios a sua visão de *sociologia aplicada*.

ção do que é sociopático não seria um atributo imanente de um grupo ou categoria social, mas fruto das inconsistências e dilemas da ordem social. Em si mesmos, nenhuma personalidade, atitude, comportamento ou organização social seriam sociopáticos. “Não existem, nas sociedades, unidades ou processos que sejam, por natureza, «normais» ou «patológicos»” (FERNANDES, 1976b, p. 106, grifos do autor). O próprio caráter político da decisão pelos agentes sociais sobre o que seria supostamente patológico levanta problemas para a investigação sociológica.

Nessa trilha, a noção de coisificação absoluta do negro foi atribuída indistintamente à chamada “escola paulista de sociologia” como um todo, envolvendo autores tão diferentes entre si como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa⁴, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e, inclusive, Jacob Gorender. Essa corrente historiográfica da escravidão brasileira atua entre as décadas de 1950 e 1970, opondo-se às teses *freyrianas* da sociedade patriarcal brasileira, em que “predominavam a empatia entre as raças e a amenidade na relação senhor-escravo” (QUEIRÓZ, 2007, p. 104). Assim, irá enfatizar o caráter violento da escravidão, situando o Brasil nos quadros periféricos do processo de constituição do capital comercial como um dos polos de acumulação originária para as nações centrais. Para essa corrente historiográfica,

4. Curiosamente, Emília Viotti da Costa – que desenvolveu uma carreira independente como historiadora – também tem sido situada pelos historiadores da escravidão da década de 1980, críticos a Florestan Fernandes, na “escola paulista de sociologia”. É possível haver aproximações entre suas ideias e as da referida escola, como o diálogo em comum com a obra de Caio Prado Jr., mas as suas diferenças de formação não são desprezíveis. A definição dessa escola assume, assim, contornos excessivamente imprecisos.

[...] a escravidão é pedra basilar do processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro. A organização e regularidade da produção para exportação em larga escala – de que dependia a lucratividade – impunham a compulsão ao trabalho. Para obtê-la, coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo.

Apontam a “violência como vínculo básico da relação escravista”. O cativo, legalmente equiparado a uma mercadoria, poderia – no dizer de Fernando Henrique Cardoso – chegar até a coisificação subjetiva, isto é, a “sua autoconcepção como a negação da própria vontade de libertação; sua auto-representação como não homem”.

A violência também se transmitia ao escravo que, transgredindo as normas, desacatando os senhores, roubando-os, assassinando-os, exprimia de forma brutal, o seu inconformismo ante o cativo.

Como a lei consagrava a exploração de um grupo pelo outro, “as duas camadas raciais permaneciam, a despeito de toda sorte de contatos, intercomunicações e intimidades, dois mundos cultural e socialmente separados, antagônicos e irredutíveis um ao outro”.

Esses pontos de vista são reforçados por Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, obra de elaborada pesquisa e reflexão, na qual o autor afasta-se das interpretações que têm como categoria central explicativa a atividade exportadora e propõe o “historicamente novo” modo de produção escravista colonial, para explicar o início da formação social brasileira (QUEIRÓZ, 2007, p. 106).

A primeira passagem entre aspas foi retirada do livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (CARDOSO, 2003)⁵ e a segunda,

5. Aqui se faz referência à edição mais recente, não a que foi mencionada no trecho da citação.

de *Da colônia à senzala* (COSTA, 1966). Uma observação logo se faz indispensável: apesar de se poder falar numa “escola paulista de sociologia”, é importante frisar que as evidentes afinidades temáticas, teóricas, conceituais e metodológicas dos nomes a ela vinculados não deixam de “comportar diferenças internas entre os participantes” (ARRUDA, 2010, p. 20). Assim, a noção de coisificação/reificação utilizada por Fernando Henrique Cardoso a partir dos marxismos *lukacsiano* e *sartreano*, inexistente em Florestan Fernandes. No prefácio da edição mais recente de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, o próprio Cardoso relata algumas restrições de seu antigo mestre ao uso inadvertido de certas noções filosóficas na pesquisa de caráter histórico-sociológico:

Não por acaso, Florestan Fernandes temia, quando iniciamos o “Seminário de Marx”⁶, que a leitura de Lukács distorcesse as “análises empíricas” que ele tanto prezava. Na ocasião, as observações do mestre surpreenderam-me. Hoje, entendo sua apreensão: o brilhantismo filosófico de Lukács poderia levar-nos a análises mais abstratas e conceituais do que à reconstrução histórico-estrutural dos processos que pretendíamos esclarecer.

Na época, entretanto, tanto Lukács como Sartre foram o oásis que nos permitiu escapar do marxismo vulgar cujo mecanicismo nos assustava (CARDOSO, 2003, p. 11).

A ideia de coisificação/reificação, em relação ao escravo, não foi incorporada por Florestan Fernandes, mas por alguns de seus assistentes. Atribuí-la indistintamente à “escola paulista de sociologia” é, portanto, um erro. O escravo teria sofrido, assim, a violência

6. Sobre o seminário de Marx, ver Soares (1997, p. 61–67).

colonial de forma passiva e não desenvolveu uma consciência de classe da sua situação. A perspectiva estruturalmente marxista de Florestan Fernandes o teria levado a desprezar a dimensão cultural na investigação das relações raciais brasileiras, com graves prejuízos para a sua compreensão do papel das famílias escravas e das estratégias cotidianas do escravo em resistir subjetivamente às duras condições do regime escravista, produzindo brechas de convívio cotidiano acomodaticio com os senhores latifundiários, em uma espécie de relação quase contratual na qual poderiam negociar a própria condição escrava. Como se fosse possível falar de relação contratual num modo escravista de produção!

Essa visão caricatural das teses de Florestan Fernandes se manifesta dos modos mais diversos e inusitados. Referindo-se às críticas do sociólogo paulistano ao *mito da democracia racial*, irá afirmar Lilia Moritz Schwarcz:

[...] a ‘desconstrução’ de Fernandes, de certa maneira circunscreveu o mito e o tema da raça a uma questão de classes e abandonou a cultura. Em meio a um contexto marcado pela radicalização política, o tema racial aparecia como uma questão menor; condicionada à estrutura econômica. Era via a modernização e a democratização que a questão racial, entre outras, se solucionaria no Brasil e não a partir do enfrentamento de suas especificidades (SCHWARCZ, 2007, p. 22).

Logo no parágrafo seguinte, a autora menciona uma “série de estudos” entre os anos 1980 e 1990 que teriam corrigido o desvio classista de Fernandes. Ao pensar o preconceito apenas como herança da escravidão e não perceber a sua “reposição”, as desigualdades capitalistas não seriam vistas como estruturalmente

racializadas na sociedade brasileira. Ou seja, para Florestan Fernandes o *preconceito de cor* estaria “apenas atrelado a questões econômicas e sociais” e as novas perspectivas passaram a assumir a tese de que as “desigualdades apresentam um componente racial inequívoco e relevante, que não pode ser resumido a partir de uma perspectiva socioeconômica” (SCHWARCZ, 2007, p. 22). Em nota de rodapé, são listados os nomes de Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle e Silva, Telles, Lovel, Castro e Guimarães como os propositores dessa, até então, inédita abordagem racializada. Esses autores atribuem a Florestan Fernandes a ideia de que o desenvolvimento automático do capitalismo eliminaria o preconceito de cor e a discriminação racial.

As três direções, acima apontadas, das críticas aos trabalhos de Florestan Fernandes sobre a questão racial se interpenetram no fim das contas, pois cada uma termina por remeter às demais. Assim, por exemplo, no que se refere às teses que articulam as críticas da coisificação do escravo e a visão reducionista de Florestan Fernandes sobre a família escrava, que o teria levado a caracterizar “uma certa personalidade patológica do escravo”, Schwarcz irá, mais uma vez, sintetizar as expressões de um certo senso comum acadêmico. Dado que a passagem reconstrói todo o conjunto de ideias *a priori* das teses de Florestan Fernandes, cumpre reproduzir a citação na íntegra:

[...] uma nova historiografia expandiu a ideia de “coisificação do escravo” e mostrou como os cativos não eram só passivos, mas agiam, reagiam e encontravam respostas criativas à sua situação; eram “sujeitos” e não só “objetos” de sua condição. Por isso o modelo construído por Fernandes [...], que localizava uma certa personalidade patológica do escravo, também passou por uma

revisão; nomeadamente o suposto de que os escravos careciam de vida cultural e familiar.

[...] no Brasil, um conjunto de pesquisas alertou para a importância da “resistência escrava”, opondo-se à tese da alienação. Trabalhos sobre história social dos escravos, acerca da família, da vida cultural e mesmo comunitária, tomaram vulto nos anos 1980, mostrando como era possível ir além da ideia da “sobrevivência”. Estamos distanciados do tempo em que uma certa bibliografia de viés culturalista pretendeu ver na escravidão brasileira um ambiente mais benigno, quase dócil e contraposto ao modelo norte-americano. Se é preciso destacar o lado mercantil e violento do sistema, como bem demonstrou Fernandes, não é por isso que se apaga a atuação cotidiana dos escravos, que se utilizavam das frestas do sistema e negociavam sua condição (SCHWARCZ, 2007, p. 23).

A autora identifica, em outra nota de rodapé, os principais nomes dessa corrente historiográfica de estudos sobre a escravidão muito atuante na década de 1980, que se inicia com o trabalho de Kátia Mattoso *Ser escravo no Brasil*, de 1982, cujo denominador comum seria a crítica às noções quase intercambiáveis de coisificação, reificação, alienação e patologização subjetivas do escravo e, no caso de Florestan Fernandes, *anomia*. Seriam eles: “Flávio Gomes, João Reis, Mary Karash, Sidney Chalhoub, Manolo Florentino, Hebe Mattos e Eduardo Silva” (SCHWARCZ, 2007, p. 23). Um importante estudo, ainda não realizado, seria cotejar cada referência crítica a Fernandes com os trechos mencionados de sua obra, para questionar se tais menções estão descontextualizadas ou se elas foram capazes de apreender os sentidos conceituais específicos pretendidos pelo sociólogo paulistano. Não seria possível apontar cada passagem crítica a Florestan Fernandes desse

conjunto tão variado de autores. Segue em destaque somente uma das mais representativas:

Para Florestan Fernandes, as condições da escravidão, sobretudo o empenho dos senhores em tolher “todas as formas de união e solidariedade dos escravos”, não apenas marcaram o comportamento sexual do cativo, mas também minaram suas formas de vida em família; o resultado, segundo Fernandes, foi que o negro emergiu do cativeiro num estado de “anomia” ou de “patologia social”, sem os recursos psicológicos e os laços de solidariedade entre parentes tão necessários para enfrentar a concorrência do imigrante e alcançar a mobilidade social (SLENES, 1988, p. 191).

No presente momento, pode-se apenas adiantar a hipótese de que esses críticos de Florestan Fernandes⁷ não acertaram muitos dos seus alvos, reconstruindo unilateralmente os argumentos do sociólogo paulistano, de modo a descontextualizá-los e sem fortes preocupações em fazer justiça aos sentidos exatos que Fernandes lhes procurou atribuir. Uma explicação sociológica para tais equívocos

7. Para uma visão oposta às críticas que atribuem a Florestan Fernandes, a suposta tese de que o desenvolvimento capitalista eliminaria o preconceito de cor e a discriminação racial — isto é, o racismo —, ver Costa (2010, p. 253), Silva; e Brasil Jr. (2021, p. 13–15) e Soares; e Costa, (2021, p. 317–349). Para um debate polêmico com a corrente historiográfica dos anos 1980 sobre população e família escravas, ver Gorender (1992). Este último autor foi um participante direto desse capítulo da historiografia brasileira e, mesmo que não concordemos inteiramente com a forma como veio a reconstruir os argumentos de seus adversários intelectuais, suas posições devem ser levadas em conta não como uma mera reação às críticas que lhe foram dirigidas, mas como um documento fundamental das disputas políticas e acadêmicas da época em torno do assunto em questão. Por fim, para um balanço desse debate a partir do enfoque aqui contestado em termos de suas críticas a Florestan Fernandes sobre a situação escrava, ver Schwartz (2001).

cos interpretativos seriam as disputas no interior do campo acadêmico, mas desenvolver essa perspectiva seria fugir aos propósitos do presente artigo. Sem desmerecer os avanços que tais trabalhos trouxeram, sob diversos aspectos, para o conhecimento histórico e sociológico das relações raciais e a escravidão no Brasil, pode-se indicar, em traços gerais, caminhos de respostas para cada uma das críticas dirigidas a Fernandes. Para fins de exposição didática, os parágrafos serão numerados:

1. A crítica de que Florestan Fernandes teria reificado o escravo já foi em parte refutada com a sinalização de que a *coisificação* lhe era uma categoria estranha. No entanto, cumpre distinguir entre *coisificação subjetiva* e *coisificação social*, nos termos propostos por Gorender (1992, p. 23). Na perspectiva humanista do marxismo contida nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (MARX, 2004), as condições de superação da autoalienação estão presentes nas contradições imanentes das próprias relações alienantes. Sugerir uma situação subjetiva de alienação absoluta seria o mesmo que ossificar a história. No caso das investigações histórico-sociológicas de Florestan Fernandes, a história em processo — *in flux* — nunca fecha suas alternativas e, por isso, a construção política da consciência assume um papel decisivo em seus trabalhos, em especial sobre os negros. Não é à toa que na pesquisa da Unesco e, depois, em *A integração*, há estudos de caso pioneiros sobre o movimento negro (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 224–240; FERNANDES,

2021, p. 377–482). É desconhecimento do conjunto da obra de Florestan Fernandes afirmar que, de acordo com sua perspectiva teórica, o escravo estaria desprovido de consciência. A perspectiva do oprimido emerge como um recurso analítico fundamental. Antes dos trabalhos da nova historiografia da escravidão brasileira despontarem nos anos 1980, Florestan Fernandes irá criticar a história colonial e imperial contada pela perspectiva das elites brancas das classes dominantes:

A nossa história tem sido contada de uma perspectiva branca e senhorial; por isso, ela deixa o escravo, como agente humano e econômico, na penumbra, e quando não se lembra pura e simplesmente de condenar a escravidão, descreve os processos econômicos de uma perspectiva tão abstrata, que prescinde de um dos elos da “ação econômica” e da “produção agrícola”, que até a penúltima década do século XIX foi o trabalho escravo (FERNANDES, 2010a, p. 53);

2. Não se pode caracterizar a obra de Florestan Fernandes sobre a questão racial até *A integração do negro na sociedade de classes* como puramente marxista, dado que ele fez um uso combinado do estrutural-funcionalismo com a perspectiva histórica, sequer reduzindo tudo a *classe*, pois também faziam parte de seus horizontes conceituais as noções de estratificação por *castas* e *estamentos*. A esse respeito, ver a nota explicativa de *A integração do negro* sobre a combinação da *análise sincrônica* com a *análise diacrônica* (FERNANDES, 2021, p. 52). Dentre outras coisas, a crítica de que o escravo não teria consciência de classe seria aqui também impro-

cedente, pois cada forma específica de estratificação possui uma correlata consciência social. As rebeliões escravas pré-abolicionistas não podem ser interpretadas nos termos das lutas de classe modernas do século XX. Talvez o erro esteja em atribuir as categorias específicas do modo de produção capitalista ao modo escravista colonial, anacronismo histórico que o sociólogo paulistano procurou evitar;

3. Quanto à crítica de que Florestan Fernandes tenha subestimado a dimensão cultural das relações raciais, isso depende do que se entende por cultura. Para quem iniciou sua carreira sociológica e antropológica investigando o folclore paulistano, a cultura popular urbana, daí percebendo as permanências do tradicional no moderno, não como meras sobrevivências do passado, mas ressignificadas nas realidades presentes, soa no mínimo estranho dizer que esse aspecto lhe esteja ausente. No roteiro da exposição de sua palestra proferida em 1984, tratando do projeto da Unesco sobre as relações raciais em São Paulo, junto com Roger Bastide, Fernandes irá responder aos que lhe reprovam por terem ignorado a *dimensão cultural*. Dentre outras coisas, dirá: “O mundo mental do negro [...] surge como uma totalidade apreendida preliminarmente, que lança uma nova luz sobre as relações raciais cooperativas, competitivas e de conflito na sociedade brasileira”; ou ainda, “[...] os que hoje nos fazem a crítica de que ignoramos a ‘dimensão cultural’ não levam em conta a amplitude, as implicações e o signifi-

cado dessa abordagem” (FERNANDES, 2017, p. 130); por fim irá sugerir a centralidade da cultura nesses trabalhos sobre o negro:

A “dimensão cultural” não aparece como um *dado externo*, uma “coisa palpável” e empiricamente contingente. Porém, como um “modo de ser”: o negro como *pessoa*, sujeito de si mesmo e de uma história que foi negada, mas que, não obstante, transcorreu como ação dos oprimidos (daí a importância da passagem da condição de vítima passiva para a de agente do movimento negro, da frustração subjetiva para a rebelião e a ‘Segunda Abolição’) (FERNANDES, 2017, p. 130–131).

A ideia de passividade, em Florestan Fernandes, atua como uma forma silenciosa de protesto contra os valores da sociedade dominante ou de negação e recusa totais de uma ordem social baseada na iniquidade e desumanização. O próprio Florestan traduz isso em termos de *acomodação*. O protesto negro tinha gradações, mas podendo ser localizados dois polos extremos: de um lado, “o ativismo dos que contestavam abertamente; de outro, o ressentimento engolido com ódio ou com humildade, mas que se traduzia sob a forma de acomodação” (FERNANDES, 2017, p. 55–56). Esse segundo polo ele designou de “capitulação racial passiva”. Pode-se argumentar que essa passagem foi escrita em 1988 e, por isso, Fernandes estaria assimilando as críticas que lhes foram feitas. Na verdade, a noção de capitulação passiva já teria sido usada em suas pesquisas sobre as reações tribais à conquista (FERNANDES, 2009, p. 37–38). Essa

noção será ressignificada, portanto, no estudo sobre os negros. As correntes historiográficas dos anos 1980, que falam de *acomodação* como uma forma de resistência subjetiva dos escravos, desconhecem o uso dessa noção pelo sociólogo paulistano;

4. Quanto à crítica de uma suposta dimensão patológica da condição escrava e da família negra, há uma confusão conceitual. A situação sociopática se vincula à caracterização de Florestan Fernandes do “meio social interno”, uma noção *durkheimiana*, nunca sendo dirigida a indivíduos ou grupos específicos, exceto quando certa vez irá desvelar negativamente, no início da década de 1960, a *resistência sociopática à mudança* por parte das elites das classes dominantes (FERNANDES, 1976a, p. 211). Nos seus ensaios sobre a sociologia aplicada em meados dos anos 1950, a própria noção de *patologia social* era tida como ultrapassada e, quando faz uso de tal conceito no caso dos setores subalternos e oprimidos, as referências são, ao conjunto das condições sociais que alimentam reversivelmente situações *anômicas* e *patológicas* — como dito antes, esses conceitos não podem ser confundidos. Na verdade, a crítica política de Florestan Fernandes às condições degradantes a que os africanos escravizados em terras brasileiras e os povos originários foram submetidos pelos invasores brancos colonizadores não deve ser confundida com uma essencialização patológica desses grupos, com os quais ele se solidarizou politicamente. Fernandes e a “escola paulista de sociologia” situam a

explicação em fatores sociais da escravidão (GORENDER, 1992, p. 45) e não em causas atávicas relacionadas a raças ou traços culturais. A conceituação sociológica de *raça* lhe serve como um dos caminhos de análise para a compreensão da estrutura de classes e dos dilemas democráticos na sociedade brasileira;

5. Por fim, a crítica que atribui a Florestan Fernandes a ideia de que a consolidação da ordem social competitiva e o desenvolvimento capitalista eliminariam o preconceito de cor e a discriminação racial não se sustenta. Pelo contrário, a discriminação racial é uma causa estrutural da manutenção das condições de exploração e desigualdades do subdesenvolvimento e capitalismo dependente. Em termos precisos, Fernandes dirá: “[...] o tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder” e, conseqüentemente, das suas “formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve” (FERNANDES, 2007, p. 305). A própria noção de *dilema racial brasileiro* se pauta pela confluência entre formas de dominação pré-capitalistas e especificamente capitalistas.

Serão abordadas, agora, as posições metodológicas e teóricas de Florestan Fernandes no estudo da sociedade escravista, com o objetivo de reforçar a compreensão da interação dialética entre as categorias de *raça* e *classe* no capitalismo dependente brasileiro.

O modo de produção escravista colonial: considerações metodológicas

O movimento de análise na *sociologia histórica* de Florestan Fernandes procura apreender o mundo social na dinâmica dos seus níveis macro e micro, num esforço constante de aproximação ao real concreto. Assim, a análise do modo de produção escravista colonial como fulcro da *acumulação primitiva de capital* no Brasil, conducente à transição neocolonial e à fase posterior do capitalismo competitivo dependente, apanha sucessiva e simultaneamente as ordens econômica, social, política e cultural. Os que confundem a interpretação de Florestan Fernandes sobre a escravidão e as relações raciais com uma visão marxista economicista da classe como fator explicativo exclusivo desconhecem suas orientações teóricas e metodológicas nas ciências sociais. Esse movimento está presente no ensaio *A sociedade escravista no Brasil*, de 1976, que pode ser considerado uma continuidade da síntese incompleta das duas primeiras partes de *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975). A sua interpretação do capitalismo dependente – como uma combinação histórica particular do modo de produção capitalista associado e periférico, caracterizado por formas de exploração subcapitalistas (mais-valia absoluta) e propriamente capitalistas (mais-valia relativa), com formas pré-capitalistas de exploração, de tipo colonial e invisivelmente escravistas, condição fundamental para a articulação das estratificações de classe, estamentos e castas – explica como a exploração e dominação raciais se tornaram, junto com as classes, um fator estrutural de manutenção da superexploração extrema do trabalho e da necessidade de um

poder político autocrático para a reprodução de desigualdades seculares. O processo de acumulação originária de capital no Brasil vinculou o racismo ao capitalismo brasileiro de maneira irremediável e, por isso, uma das condições necessárias para sua eliminação definitiva seria a superação do próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente.

Essa conexão de sentido entre o modo de produção escravista colonial e a emergência do capitalismo competitivo dependente foi estabelecida pelo próprio Florestan Fernandes. No prefácio da segunda edição de *A revolução burguesa*, Fernandes assim se refere ao seu ensaio sobre o escravismo colonial brasileiro: “[...] vou mais longe na tentativa de explicar sociologicamente as relações da escravidão com o capitalismo *a partir de dentro*” (FERNANDES, 2000, p. 1503, grifos do autor). Fernandes, sobre o escravismo no plano político, observa que: “um modo de produção que não era capitalista serviu de fulcro para a transição neocolonial e de suporte inicial da fase subsequente, de transição para o capitalismo competitivo” (FERNANDES, 2000, p. 1503). Tudo isso “pressupunha uma análise das funções da escravidão como fator específico da acumulação originária de capital no Brasil, com toda a sua rede de efeitos diretos e indiretos ou imediatos e de longo prazo” (FERNANDES, 2000, p. 1503).

Ora, assim como na *economia política marxista*, a categoria trabalho emerge como a fonte subjetiva do valor, das riquezas, Florestan Fernandes desvenda como o agente do trabalho escravo é a fonte do excedente econômico que irá sustentar a acumulação de capital originário capaz de converter o *senhor colonial* em *senhor* e, depois, em *burguês*. A categoria *raça* em sua acepção sociológica se erige, assim, no elemento central de exploração e

dominação do modo de produção escravista em termos históricos diferenciais e específicos.

Como um reforço à sua tese de um *processo incompleto de descolonização*, a passagem ao capitalismo não eliminou, para Florestan Fernandes, o trabalho escravo, baseado na dominação política e cultural da raça branca, como determinação histórica espoliativa de exploração econômica, estratificação social e dominação política autocrática atuantes no Brasil moderno:

[...] ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semilivre e de trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje, mesmo em economias de plantação tidas como “especificamente modernas” (FERNANDES, 2010a, p. 95).

Esse seria o quadro geral não apenas do Brasil, como *caso extremo* de desenvolvimento capitalista dependente na América Latina, mas do conjunto das formações sociais de origem colonial em transição neocolonial ou capitalista. A articulação entre formas modernas e arcaicas de exploração da mão de obra em uma mesma sociedade nacional se processa por meio do desenvolvimento desigual e combinado, tanto internamente, a partir de especializações econômicas regionais com polos articulados de ultraconcentração de riquezas e de pobreza extrema, como externamente, entre países dependentes e imperialistas.

O capital financeiro em sua forma fictícia e parasitária aprofundou hoje essa transformação histórica, tornando mais complexas as teias invisíveis internas e externas da exploração e das múltiplas desigualdades no interior de uma nação, entre países, regiões e continentes. A burguesia internacional vinculada ao grande capital, em sua fração hegemônica rentista e financeira, ampliou suas

fronteiras, apesar de certos Estados nacionais imperialistas, como a superpotência militar e econômica dos EUA, atuarem como as principais plataformas de lançamento dos voos de ave de rapina dos conglomerados multinacionais. Países como o Brasil, emergentes dessa combinação interna de racismo e capitalismo, por terem reproduzido historicamente em novas e recompostas bases as situações de dependência, correm atualmente o risco de regressões neocoloniais atreladas à exacerbação do capitalismo dependente. Na fase final de sua vida, o sociólogo paulistano antecipou essa possibilidade de *involução*:

E os países da periferia vão ter o seu papel redefinido. Eles não vão ser só dependentes: eles vão ter nexos neocoloniais; vai haver uma interação dialética entre dependência e nexos neocoloniais que vão sufocar a capacidade produtiva original dos países... (FERNANDES, [1994]2010b, p. 311).

Os riscos de fascistização das estruturas de poder político são muito prováveis, assumindo dimensões de massa, por exemplo, no Brasil, com o *bolsonarismo*. Esse fascismo neocolonial deita raízes profundas no modo como o racismo se recompôs na moderna sociedade de classes sob as condições de capitalismo dependente. Florestan Fernandes incorpora as categorias dos movimentos negros da época, atuantes entre as décadas de 1920 e 1950, e por isso irá utilizar as noções de “preconceito de cor” e “discriminação racial”. Tais conceitos podem ser hoje traduzidos conjuntamente como *racismo*, porém o uso dessas duas categorias possui relações com a escolha metodológica do autor de partir da reelaboração crítica da consciência social, histórica e política da comunidade negra paulistana e seus movimentos de protesto, conforme a nota

de rodapé 265 de *A integração* (FERNANDES, 2021, p. 861–863). No exame da constituição do capitalismo dependente, o processo de descolonização da sociedade brasileira se caracteriza pela sua incompletude e ritmos lentos, recompondo-se critérios de estratificação por estamentos e castas em plena vigência da ordem social competitiva. O uso simultâneo dos conceitos de castas, estamentos e classes lhe permite apreender o que há de específico no capitalismo brasileiro (FERNANDES, 2010a, p. 63). Assim, a dimensão racial não seria eliminada, mas convertida num dos aspectos essenciais para a compreensão da origem, desenvolvimento e consolidação do capitalismo dependente.

O ponto de partida da análise da sociedade escravista seria uma reconstituição total e abrangente das suas categorias socioeconômicas fundamentais, em suas relações estruturais, históricas e funcionais reversíveis em uma teia particular de causas e efeitos recíprocos em conexão com as situações internas e externas. Esse primeiro esforço aproximativo em direção ao real concreto se vale de categorias mais ou menos abstratas, como trabalho escravo, senhor de escravo, mercado colonial, colônia, metrópole, capital comercial, etc., vistas em suas articulações lógicas específicas em conformidade com as eras históricas sucessivas — e não raro simultâneas — da “colônia”, da “transição neocolonial” e da “emergência e expansão de um capitalismo dependente” (FERNANDES, 2010b, p. 42). A reconstrução dessa totalidade dialética, portanto contraditória e antagônica, possui o propósito de situar a lógica particular e histórico-diferencial do modo de produção escravista colonial, segundo suas formas de expropriação e apropriação do excedente econômico. O objetivo seria explicar como a dinâmica interna do modo de produção escravista colonial, entendendo-se o

interno sempre em conexão com o polo externo, foi capaz de criar novas situações que alimentaram sua crise definitiva e possibilitou a transição a uma sociedade capitalista dependente.

Essa análise se situa predominantemente, mas não de modo exclusivo, no plano do que Fernandes denominava de *sociologia diferencial ou histórica* (FERNANDES, 1976b, p. 27), modo pelo qual procurou incorporar as contribuições de Karl Marx nas ciências sociais. Sem que se possa acusá-lo de ecleticismo, também faz uso do estrutural-funcionalismo no que diz respeito ao exame dos descompassos entre posições e papéis sociais, bem como de procedimentos tipológicos *weberianos*. Isso porque a diferenciação analítica do objeto de investigação lhe exige lançar uma luz prismática sobre o real concreto a partir de uma síntese teórica e metodológica muito própria. Embora a presença seminal de Marx no ensaio sobre a sociedade escravista brasileira seja constante, Florestan Fernandes não se preocupou em situar suas reflexões no terreno estrito do materialismo histórico. Por isso, também fará uso, em seu ensaio de procedimentos típicos, das sociologias sistemática e comparada.

De maneira bastante heterodoxa, irá apontar, por exemplo, que Marx e Engels utilizaram os conceitos de castas e estamentos quando consideraram necessário “introduzir um máximo de saturação histórica no manejo de categorias gerais” (FERNANDES, 2010a, p. 63). Assim, a reconstrução anterior das determinações conceituais, que fundamentam sua caracterização sociológica do modo de produção escravista colonial, passa por uma completa *rotação de perspectivas* e a análise mais centrada na ordem socio-econômica agora se redefine a partir do exame histórico da ordem social, jurídica e política da sociedade escravocrata, retratada como

estamental, mas contendo uma subordem de castas em suas fases colonial e imperial. A distinção entre as ordens econômica e social seria apenas metodológica e não substantiva, um procedimento útil para destacar as categorias explicativas fundamentais dos aspectos mais contingentes, embora esses últimos lhe sejam relevantes para a abordagem histórica. Esse movimento de análise se percebe bem na passagem entre as duas partes do ensaio, *A produção escravista e sua evolução* e *A ordem social da sociedade escravocrata e senho-rial*, ambas indissociáveis.

Em uma importante passagem da crítica metodológica às perspectivas anteriores, que reduzem o estudo da ordem escravista ao microcosmo da sociedade patriarcal brasileira, ao espaço social do “engenho” ou da “fazenda”, podemos perceber como o movimento de análise proposto por Florestan Fernandes abarca uma totalidade múltipla e complexa, não se limitando unilateralmente ao *econômico* e excluindo o *político* ou o *cultural*:

[...] é forçoso reconhecer que os conhecimentos obtidos são unilaterais (pensamos principalmente nas contribuições mais significativas de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Nestor Duarte e Fernando de Azevedo) e essa unilateralidade nasce da redução do macrocosmo social inerente à ordem estamental e de castas ao microcosmo social inerente à plantação ou ao engenho e à fazenda. Para uma análise sociológica que se volta para as totalidades, a economia de plantação faz parte de um contexto histórico estrutural inclusivo e determinante; o problema central não consiste em explicar uma ou outro, mas ambos (FERNANDES, 2010a, p. 71).

Isso quer dizer, em outras palavras, que Florestan Fernandes não desprezava o estudo das complexas combinações das formas de dominação patriarcais, patrimonialistas, escravistas e mesmo

burocrático-modernas, bem como os seus aspectos culturais localizados no microcosmo de um “mítico *paraíso patriarcal*” (FERNANDES, 2010a, p. 73, grifo do autor). A compreensão do *político* e do *cultural* estava inserida no movimento dialético contraditório e antagônico dos agentes sociais envolvidos nesse drama histórico, com suas diversas posições na estrutura mais geral do modo de produção escravista em suas múltiplas polarizações internas e articulações com o mercado externo. Isso lhe permitiu focalizar a cultura não de um ponto de vista *culturalista* de apologia da ordem patriarcal, mas de uma perspectiva crítica inteiramente diversa. Não possuem razão os críticos que o acusam de terem negligenciado o *elemento cultural*.

O propósito aqui foi restringir a exposição aos aspectos metodológicos da reflexão sociológica de Florestan Fernandes sobre o modo de produção escravista e sua correspondente ordem estamental, como uma teia de múltiplas determinações recíprocas. Não há aí qualquer reducionismo economicista, muito menos o uso de conceitos sociológicos gerais desvinculados dos contextos históricos de produção social. Essa *sociologia concreta* permitiu a Florestan Fernandes examinar, historicamente o modo particular como o capitalismo dependente brasileiro recompôs, em novas bases, a herança da escravidão e tornou possível a combinação de formas pré-capitalistas e capitalistas de exploração e dominação política. Não há incompatibilidade entre *racismo* e *capitalismo*, assim, o capitalismo dependente, nos países de origem colonial, subdesenvolvidos e periféricos, se aproveita de mecanismos racistas de superexploração do trabalho e da extração de mais-valia. Formas históricas especificamente capitalistas, com suporte na mais-valia relativa, são assim combinadas com formas subcapi-

talistas, identificadas pela mais-valia absoluta, mas também se associam a formas semisservis e escravas de exploração, submissão social e dominação política. Essa caracterização sociológica contrasta com uma concepção unilinear de história, baseada numa sequência evolutiva ascendente, podendo desagradar àqueles que se valem de distinções conceituais puras para aplicá-las à realidade. Florestan Fernandes foi capaz de perceber as possibilidades de regressão neocolonial porque não considerava o modo de produção capitalista de maneira idealista, mas em seus contextos históricos específicos. Nesse sentido, conseguiu igualmente perceber as interações dialéticas entre *raça* e *classe* nas origens históricas e estruturas contemporâneas do capitalismo dependente brasileiro.

À guisa de conclusão: *raça* e *classe* como “síntese de múltiplas determinações”

A última fase das reflexões de Florestan Fernandes sobre o *dilema racial brasileiro* deixou uma contribuição das mais fundamentais para a militância antirracista e a luta socialista pela superação revolucionária do capitalismo dependente. Em sua atuação política no Partido dos Trabalhadores (PT), Florestan Fernandes foi uma das vozes mais ativas na esquerda marxista brasileira, que se preocupou em defender uma análise histórica concreta do capitalismo dependente a partir da interação dialética entre as categorias de *raça* e *classe*. Em *Significado do protesto negro*, livro originalmente publicado em 1989, Fernandes irá estabelecer em bases sólidas os caminhos para uma análise marxista e dialética do capitalismo, procurando alimentar o potencial revolucionário e

explosivo da combinação entre as lutas de raça e classe. A tentativa de superação do *dilema racial brasileiro* — isto é, da forma como o capitalismo dependente incorpora o racismo como uma de suas determinações essenciais — assume uma inequívoca dimensão proletária e socialista:

Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). [...] [Assim,] existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos — a classe e raça. Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula “proletários de todo o mundo, uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classes; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte todos os interesses, valores e aspirações que componham o concreto como uma “unidade do diverso”. Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*, por exemplo. Aí está o busílis da questão no plano político revolucionário. Se além da classe existem elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso (FERNANDES, 2017, p. 84–85).

Essa passagem não deixa dúvidas de que, para Florestan Fernandes, a possibilidade de superar o capitalismo dependente só será alcançada em face de uma estratégia revolucionária socialista capaz de unificar, contra o despotismo de classe da *autocra-*

cia burguesa, o conjunto das classes trabalhadoras e das massas racialmente oprimidas. A extração de mais-valia — a relação fundamental de exploração capitalista — se vale simultaneamente das divisões social, racial e sexual do trabalho. O racismo não seria uma mera forma de opressão, mas também atuaria como um dos elementos estruturais e fundantes da exploração capitalista. A dialética marxista deve, nesse sentido, estar preparada para realizar a “síntese de múltiplas determinações” e perceber a reprodução histórica da confluência entre formas de exploração e dominação capitalistas, racistas, sexistas e colonialistas. Essa seria uma das consequências políticas e intelectuais que se pode retirar, hoje, das análises de Florestan Fernandes sobre as relações entre *dilema racial brasileiro* e *capitalismo dependente*.

Referências

ARRUDA, M. A. do N. Uma sociologia do desterro intelectual. In: FERNANDES, F. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, D. V. de A. Florestan Fernandes, a radicalização da sociologia e o dilema racial brasileiro: o protesto negro na sociedade de classes. In: PIRES, A. L. C. S.; OLIVEIRA, R. de (orgs.). *Olhares sobre o mundo negro*: trabalho, cultura e política. Curitiba: Progressiva, 2010.

COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, F. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010b.

FERNANDES, F. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010a.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. In: SANTIAGO, S. (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a.

FERNANDES, F. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo: 1976b.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

QUEIRÓZ, S. R. R. de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHWARCZ, L. M. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusp, 2001.

SILVA, M. A. M. da; BRASIL JUNIOR, A. da S. Racismo e limites à democracia em *A integração do negro na sociedade de classes*. In:

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

SLENES, R. W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8, v. 16, p. 189–203, mar./ago. 1988.

SOARES, E. V.; COSTA, D. V. de A. (orgs.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*. Chapecó: Marxismo21, 2021.

SOARES, E. V. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.